

**XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS**

**ENTRE AS ESCALAS DO ATAQUE: O LUGAR DAS CIÊNCIAS
HUMANAS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS FUTURA-SE E
LGU PARANAENSE**

Osmar Fabiano de Souza Filho–
UEL – osmarfabiano980@gmail.com;

Eixo 8 Educação e Política

Resumo

Com a eleição de governantes defensores da agenda neoliberal, a ideia de promover um Estado mínimo em vários setores sociais, ressurgiu com muita força depois dos anos 1990. Assim o Estado brasileiro é voltado novamente, a privatizar seus serviços, empresas públicas, e dirigido a adotar políticas em que sua capacidade de intervenção seja reduzida. Neste sentido, o campo educacional público superior é alvo de ataques graças a esses anseios, uma vez que os governos adotam a contração de aporte financeiro do Estado às instituições, incentivam parceiras público-privadas, defendem o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, além da criação de empresas dentro das universidades. Tendo isso em vista, este trabalho se propõe em analisar a política educacional elaborada para as IESF do Governo Bolsonaro denominada *Futura-se* e a *Lei Geral das Universidades* do desenvolvida pelo Governo Ratinho Junior do Estado do Paraná, abordando as formas de como o capitalismo acadêmico invade a realidade universitária em nível federal e paranaense, e qual é o Lugar das ciências humanas neste cenário que invade o ensino superior público brasileiro.

Palavras-chave: Lugar; Escala Geográfica; Capitalismo acadêmico.

Introdução

O final das eleições nacionais e estaduais de 2018 despertara a curiosidade de como os governantes alçados ao poder, quais seriam os planos e as políticas públicas elaboradas para com o setor educacional, sobretudo para com o ensino superior público. Com isso, para o ano de 2019 desenhava-se com um cenário incerto quanto às medidas que seriam propostas pelos governantes eleitos.

Em nível federal, Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), que em sua campanha eleitoral pouco discutiu ou reforçou suas visões e metas para a educação superior, propôs em meados de julho do corrente ano o programa *Futura-se*. O programa, em suma, visa o desmonte das universidades federais e perda de sua autonomia, uma vez que propõe a

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

racionalização no aporte de recursos, promove avaliações gerenciais visando controlar as instituições, incentiva pesquisas aplicadas, flexibiliza a gestão de recursos e fundos de investimento, preconiza a busca por recursos privados e parcerias das instituições com empresas, indica privatizações e descentralização dos serviços presentes nas instituições, e aconselha aumento da produtividade e ranqueamento das universidades (BRASIL, 2018).

No contexto paranaense, do ensino superior público, o governante eleito Ratinho Junior, que em sua campanha propunha uma continuação da política econômica neoliberal, que a anos sucateia a educação pública do Paraná (PLANO DE GOVERNO, 2018). Propôs em seus primeiros meses de mandato a *Lei Geral das Universidades* – LGU, que é entre outras coisas o mais explícito desrespeito à autonomia universitária paranaense. Prometendo “equalizar” as diferenças entre as sete universidades do estado, o governo propõe a imposição de critérios de um capitalismo acadêmico para com o ensino superior (PARANÁ, 2019).

A LGU, defendida por Ratinho, pretende estabelecer uma drástica redução do número de professores das universidades, impor a terceirização dos serviços dentro das mesmas, romper a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inviabilizar a pós-graduação, além claro de impor medidas de gestão típicas em empresas privadas como a busca por maior “eficiência”, que implica no acréscimo da carga horária letiva dos professores, dar maior produtividade em pesquisas aplicadas visando o desenvolvimento regional, cabendo destacar o incentivo a parcerias com empresas privadas (PARANÁ, 2019).

Tanto o governo paranaense, quanto o da União Federal, seguem a concepção de educação neoliberal, visando aprofundar nas universidades públicas o capitalismo acadêmico. Esse ideário preconiza que Educação deve que ser vista como um serviço, como declara Banco Mundial nos 1990, devendo ser prestado pelo setor privado ou em parcerias com o setor público (DE CARVALHO, 2007). Defendendo um ensino superior tecnocrata, voltado para atender as demandas do capital e não mais da sociedade.

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Desta maneira, o trabalho propõe-se a analisar ambas políticas propostas e defendidas por esses governantes relacionando-as com o conceito de capitalismo acadêmico que em resumo é a academia sendo voltada aos interesses do capital. E com isso, visa-se mostrar qual o Lugar, segundo concepções geográficas, que as ciências humanas, aqui entendidas como as ciências que estudam as características do homem/mulher enquanto ser social, tendem a ocupar em um cenário de ataque às instituições de ensino superior brasileiro que se faz de maneira inter-escalar.

Com o cenário catastrófico da política e da economia brasileira nos últimos anos, o país assiste ao retorno do neoliberalismo mais perverso ao poder em várias instâncias, seja em âmbito federal bem como esferas estaduais. Em ambos casos o que se tem, no que envolve o ensino superior público, é a promoção de políticas que incentivam o capitalismo acadêmico como regra para as IES.

Nesse caminho, os objetivos do trabalho consistem, basicamente, em dois eixos: o primeiro é discutir as políticas neoliberais propostas para a educação, pelo Governo Jair Bolsonaro e pelo Governo Ratinho Junior, relacionando-as com o conceito de capitalismo acadêmico, visando projetar qual será o futuro das universidades públicas. O segundo eixo encontra-se na reflexão do Lugar, conceito geográfico, que ocupa a ciências humanas nesse contexto, tanto sendo alvo do desmonte destas proposições, como também as várias possibilidades que as mesmas possuem nesse contexto de capitalismo acadêmico que ganha força no Brasil.

Metodologia

A metodologia do trabalho se dá pela pesquisa do conceito de capitalismo acadêmico e a forma como o mesmo se insere na realidade educacional brasileira, e em especial no governo federal e no governo estadual do Paraná, na gestão 2019-2022. A segunda fase da pesquisa se dá na tentativa de encontrar o Lugar das ciências humanas, essas entendidas como as ciências que estudam as características do homem/mulher enquanto ser social, tais como: Antropologia, História, Sociologia, Ciência Política,

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Linguística, Pedagogia, Geografia, Direito, Arqueologia, Filosofia, Teologia, Psicologia, entre outras, num contexto de promoção da racionalização de recursos, avaliações gerenciais visando controlar as instituições, incentivos as pesquisas aplicadas, sobretudo nas ciências exatas, naturais e tecnológicas da informação, em detrimento das de base, flexibilização da gestão, privatizações e descentralização do investimento por parte ambos os governos.

Referencial teórico

Passadas uma das eleições nacionais, para o ano de 2019 desenhava-se com um cenário nebuloso e incerto de quais as políticas que seriam desenvolvidas e propostas pelos governantes eleitos nos pleitos de 2018. Pelo executivo federal, Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL), que em sua campanha pouco discutiu ou reforçou suas visões e metas para a educação, defendeu como iniciativa educacional combater a “ideologia marxista” nas Universidades Públicas Federais, que segundo ele provocava o atraso e pouca produção científica no país (BRASIL, 2019).

Eleito governador do Estado do Paraná, Ratinho Júnior do Partido Social Democrático (PSD), propôs em sua campanha uma continuação da política econômica neoliberal, que se tratando de educação sucateia a educação pública do Paraná já alguns anos (PLANO DE GOVERNO, 2018). Essa visão sobre Educação, entende que a mesma deve ser vista como e prestada como um serviço, como declara Banco Mundial nos 1990, devendo ser prestado pelo setor privado ou em parcerias com o setor público (DE CARVALHO, 2007).

Desta maneira, a temática da Educação Superior no cenário político que se iniciava em 2019, tanto em escala nacional, quanto estadual, eram cobertos de incertezas acerca das medidas que ambos governantes tomariam. Certo era supor nesse sentido, que sendo candidatos que defensores das ideias neoliberais, a área educacional e em especial o ensino superior público, sofreria com medidas visando a racionalização de recursos, avaliações gerenciais visando controlar as instituições, incentivos as pesquisas aplicadas, flexibilização da gestão, privatizações e descentralização do

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

investimento e aumento da produtividade, processo que passaram universidades imersas pelo capitalismo acadêmico.

Nesse sentido, o tanto o governo federal brasileiro de Jair Bolsonaro quanto o paranaense de Ratinho Junior, defenderam como proposta de política pública o aprofundamento da ideia de capitalismo acadêmico para com o ensino superior público, ou seja, tê-lo a serviço da lógica produtivista do capital.

O conceito de capitalismo acadêmico é fruto de análise experienciadas em países com os Estados Unidos, onde a diminuição de recursos destinado às instituições públicas de ensino superior, em decorrência do Estado neoliberal, causou como consequência direta a busca, por parte das instituições, por fontes de recursos financeiros para com a iniciativa privada (SLAUGHTER; RHOADES, 2004). Essa ação, segundo considera Slaughter e Leslie (1999), se fez funcionalista-sistêmico-estrutural, pois gerou uma redefinição da organização do trabalho acadêmico. Se antes seu valor era dado por suas pesquisas realizadas, após essas ações seu valor era influenciado pela quantidade de retorno conseguido com os investimentos privados.

Buscando sistematizar os efeitos dessas ações na prática universitária, os autores do conceito detalham mudanças semelhantes ocorridas em países que adotaram a agenda neoliberal, por eles analisados. Nos casos em questão, alterações no financiamento modificaram a estrutura funcional das instituições, movendo sua atuação em pesquisas básicas às atividades de pesquisa aplicada, uma vez que mesma passa a ter maior serventia para obtenção de recursos, além do valor para prestação de serviços ao setor privado. Assinala-se também nesses casos, que essas ações direcionam a educação universitária à criação de riqueza, priorizando o trabalho acadêmico em áreas das tecnologias da informação, ciências exatas e naturais, deixando assim as ciências humanas a margem do desenvolver acadêmico (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Países como Austrália, Canadá e EUA, tiveram uma perda significativa no desenvolvimento de pesquisa básica sob a argumentação de sua irrelevância (SLAUGHTER; LESLIE, 1999). Desta forma o desenvolvimento

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

do conhecimento foi redirecionado ao setor de pesquisa aplicada em áreas científica que garantiam o aumento da produtividade. Essas medidas tiveram como consequência o crescimento de estruturas que aproximaram as universidades das corporações, além de acabar com sua autonomia de criação científica.

Capitalismo Acadêmico nesse sentido, segundo Slaughter e Rhoades (2004), é caracterizado pelo desenvolvimento de novas redes de atores universitários, nas quais não haveria distinção entre o público e o privado, onde universidade seria uma extensão das corporações e as corporações seriam extensões das universidades. Existe assim, a transição de um regime que vê a educação, o conhecimento, e a aprendizagem como um bem público e social para um regime acadêmico capitalista de conhecimento/aprendizagem que visa auxiliar a produtividade e avanços tecnológicos (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Para Slaughter e Rhoades (2004), o Estado neoliberal é grande contribuidor deste processo, pois na origem diminui os recursos introduzidos de modo direto nas universidades públicas fazendo com que as instituições buscassem fontes alternativas com a iniciativa privada. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que o Estado aporta recursos públicos em IES privadas por meio do financiamento estudantil.

Todo esse cenário de captação de recursos privados faz com que surjam novos processos que interligam universidades e mercados. Criam-se, dessa maneira, novos circuitos, organizações intermediárias, e atividades visando conectar as organizações públicas com as privadas e as sem fins lucrativos. Essas mudanças ocorreram graças ao fim do aporte público de recursos, o que contribuiu para a reestruturação do trabalho nas universidades (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Slaughter e Rhoades (2004) observam que no caso estadunidense, essas modificações alteraram o trabalho acadêmico, já que os pesquisadores passaram a investir e a direcionar seu trabalho mais fortemente à produção de pesquisa aplicada em detrimento de pesquisas básicas, ou em ciências humanas. Nesse cenário teve-se um grande aumento do número de patentes, mas uma forte diminuição do número de publicações. Assim sendo,

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

torna-se possível afirmar que com o Capitalismo Acadêmico, o conhecimento deixa de fluir de modo prioritário na comunidade acadêmica para se conectar a circuitos empresariais que aplicam o conhecimento visando aumentar a produtividade e o desenvolver novas tecnologias (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

É de se ressaltar que para além de mercantilizar o conhecimento a iniciativa privada, no regime acadêmico capitalista do conhecimento o estudante não é apenas visto como consumidor, mas também como produto. Isso se dá, uma vez que as informações sobre o corpo de estudantes formados por determinada universidade passam a ser produtos a ser vendidos para as corporações, visando assim aumentar ainda mais de recursos e parcerias.

Em síntese, o regime acadêmico capitalista de conhecimento/aprendizagem estrutura novos circuitos de conhecimento; modifica o trabalho acadêmico; cria novas estruturas dentro das universidades; modifica as relações alunos-professores; aumenta o controle sobre o trabalho docente e sobre os produtos de seu trabalho; privilegia as ciências exatas, naturais e da informação em detrimento das humanas e sociais; introduz a universidade a lógica de uma economia em busca de inovações; aumenta a competitividade entre as universidades; e deve ser vista dentro da lógica do Estado neoliberal (SLAUGHTER; RHOADES, 2004).

Discutido o conceito que permeia a análise da realidade que se impõe em nível federal brasileiro e paranaense, cabe também nesta etapa discutir o conceito de Lugar, uma vez que o objetivo do trabalho é analisar onde se encontram as ciências humanas em ambas políticas públicas educacionais que visam, nesse sentido, aprofundar o capitalismo acadêmico nas Universidades públicas, pelos programas: *Future-se* em âmbito federal, e nas estaduais paranaenses a *Lei Geral da Universidades* – LGU.

O conceito de Lugar, atravessou as inúmeras transformações paradigmáticas que passou a Geografia desde sua sistematização. Constituída como ciência moderna no século XIX a Geografia dominante de então prezava pelo paradigma do positivismo, onde a razão e a “imparcialidade” científica era o mantra a ser seguido. Lugar, nesse sentido, era abordado enquanto o então

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

o *locus* onde as interações entre a sociedade e a natureza aconteciam. Dentro dessa corrente dominante na Geografia Clássica, o possibilismo francês e do determinismo Alemão disputavam a maior influência, nesse sentido o conceito de Lugar se fazia para os franceses como o *locus* que oferecia várias possibilidades a sociedade, e os alemães o viam como determinante da sociedade, em ambos casos Lugar deveria ser estudado de forma descritiva, ressaltando a necessidade delimitar as localizações (STANISKI; KUNDLATSCH; PIREHOWSKI, 2014).

Transpassada a influência desta corrente na Geografia, o conceito de Lugar assume contornos do paradigma fenomenológico, como o espaço vivido, uma vez que o mesmo era visto como o local onde acontece a vida, que gera cultura, vivências e principalmente sentimento de pertencimento. Mas, o que neste trabalho se adota como conceito de Lugar, é o significado delimitado pelo paradigma geográfico crítico (STANISKI; KUNDLATSCH; PIREHOWSKI, 2014).

A Geografia Marxista ou Geografia Crítica, que segue o método materialista histórico e dialético, enxerga o Lugar como *locus* de resistência. Para essa corrente o capital se espalha pelo globo terrestre interligando vários lugares e os hierarquizando segundo a divisão territorial do trabalho, esse processo se aprofunda cada vez mais em tempos de globalização. Nesse sentido as relações entre os diferentes lugares aconteceriam, de forma ordenada, segundo a lógica capitalista fazendo com que decisões tomadas pelo centro do sistema influenciassem os demais lugares (STANISKI; KUNDLATSCH; PIREHOWSKI, 2014).

É neste contexto que Lugar, para a corrente crítica de Geografia, ganha contorno de ser o *locus* de resistência, pois mesmo com as decisões tomadas pelas elites do capital que comandam e ditam as relações sociais, as ações ocorridas no Lugar teriam como influenciar diretamente essas decisões, seja resistindo a pressões e imposições, seja buscando maior significância. Com essa perspectiva, Lugar deve ser analisado também por meio de escalas, uma vez que decisões de cima para baixo e decisões de baixo para cima podem influenciar diretamente os ditames capitalistas (STANISKI; KUNDLATSCH; PIREHOWSKI, 2014).

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

Tendo isso em vista a proposta do trabalho é analisar onde é, e qual é o Lugar das ciências humanas, aqui entendidas como aquelas ciências que estudam as características e relações do homem/mulher enquanto ser social, no meio desse desmonte do Estado para com as universidades e o privilégio que será dado às ciências exatas, naturais, e das tecnologias de informação, com essas duas políticas públicas para a educação superior. Agora, portanto, discute onde primeiro o que são tais proposições para as instituições de ensino superior, e onde encontram-se as ciências humanas em tais proposta e qual o seu papel mediante a esse cenário de ataque que se apresenta.

Resultados e Discussão

Trabalhado o conceito de Capitalismo Acadêmico e de Lugar, a busca que se faz nesta etapa do trabalho é de identificar alguns elementos importantes para a conclusão da pesquisa, a saber: relacionar os projetos de políticas educacionais, e sua materialidade, com o conceito de capitalismo acadêmico; e neste sentido, discutir o Lugar, aqui entendido como *locus* de resistência, que é dado às ciências humanas em ambas propostas. Inicialmente se faz importante realizar a trajetória de cada uma das medidas políticas, e em suma analisar o que cada uma é.

Sendo promovidas por governos declaradamente defensores das concepções neoliberais, aquela que prega o Estado mínimo, os projetos *Futura-se* e a *Lei Geral da Universidade* paranaense se assemelham em algumas questões, sendo elas a ideia, em síntese, de promover: racionalização do aporte de recursos feitos pelo Estado, a criação de avaliações gerenciais visando controlar as instituições, incentivos as pesquisas aplicadas, fomento a extensão universitária como prestação de serviço, flexibilização da gestão, privatizações de serviços e descentralização do investimento, e aumento da produtividade das instituições de ensino superior.

Proposta como anteprojeto de Lei, a *Lei Geral das Universidades*, surge em março de 2019. Em sua apresentação traz dados da grande capacidade instalada que tem as instituições superiores de ensino

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

superior público paranaense. Com sete universidades: Universidade Estadual de Londrina (UEL); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Neste sentido, é válido afirmar que o Estado do Paraná possui um grande complexo universitário que envolve o desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão de vários cursos espalhados pelo território paranaense. E usando essas informações, a Lei Geral se justifica como importante para fazer uma “melhor” gestão de todo esse aparato universitário estadual (PARANÁ, 2019).

As medidas propostas pela *Lei Geral das Universidades* visam aumentar a “eficiência” dos serviços prestados nas universidades paranaenses, para tal propõe privatizar as atividades meio, como segurança, zeladoria e afins nas instituições. Para que isso ocorra, a cada baixa de servidores (por morte ou aposentadoria) a vaga não sofrerá reposição, promovendo assim o sucateamento da IES paranaenses e terceirizando os serviços universitários tão importantes para a manutenção das instituições (PARANÁ, 2019).

Contudo, o elemento material possível visualizar a imersão das Universidades paranaenses na lógica do capitalismo acadêmico, é pela proposição do fim do financiamento público como principal responsável do aporte de recursos para as instituições (SLAUGHTER e RHOADES, 1999). Pela proposta do projeto as mesmas deverão, se aprovado, buscar recursos em conjunto com a iniciativa privada, podendo também receber doações e heranças, fazendo, dessa forma, com as instituições mergulhem fundo nas águas das promiscuidades das relações público-privadas, onde o Estado é usado para aumentar o retorno ótimo do mercado.

Outros pontos importantes de se destacar, são: a perda da autonomia universitária e a inserção das mesmas na lógica produtivista. O projeto prevê que as universidades desenvolvam pesquisas que visem o desenvolvimento econômico local adaptado a realidade regional, ou seja, em outras palavras as pesquisas seriam orientadas visando acelerar a realização do capital e o desenvolvimento de tecnologias para o mercado produtivo da

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

região (PARANÁ, 2019). Assim, as universidades deixariam de assim de ser um *locus* de produção do conhecimento para a sociedade paranaense e passam a ser uma extensão das grandes corporações que existem no estado.

Além destas proposições, anteprojeto de lei da grande ênfase às ciências exatas, naturais e das tecnologias da informação, principalmente ao eixo de extensão universitária, onde na prática é a transformação das instituições em grandes prestadoras de serviço, mas não à comunidade, e sim a grandes corporações. Como trabalhado anteriormente no capitalismo acadêmico corporações e universidade se fundem (SLAUGHTER; RHOADES, 2004). Vale considerar que essa proposta faz com que se perca a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com tudo isso, é possível visualizar o fomento à concorrência entre as universidades, já que visando captar um maior volume de recursos para suprir demandas de sua capacidade instalada, aumentariam a disputa entre as mesmas para a prestação de serviços e auxílio à iniciativa privada. Em resumo a Lei Geral das Universidades do Paraná é uma tragédia anunciada, em que se fomenta a perda de autonomia universitária e visa, promiscuamente, aproximar as instituições do baronato paranaense.

Seguindo os mesmos preceitos neoliberais, o programa *Futura-se* do governo federal, proposto em julho se apresenta com a mesma lógica inovadora de gestão e gerenciamento das universidades públicas. Num contexto grave de cortes e contingenciamento de recursos que sofre a pasta da educação no governo federal, a política educacional tira o papel do estado no financiamento e manutenção das universidades federais e propõem uma verdadeira aproximação entre capital e as universidades.

No mesmo sentido, a proposta *Futura-se* do governo federal, pode ser considerado ainda mais radical que o governo paranaense. Isso se dá, uma vez que o governo Bolsonaro propõe áreas de investimento prioritário em pesquisa, sendo as principais as áreas de engenharia, medicina, veterinária, e ciências de tecnologia e informação, acabando com os incentivos dos cursos de ciências humanas, licenciaturas, e os promovendo de forma EAD. Nesse sentido, o projeto propõe o aporte de recursos públicos

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS
prioritariamente nessas áreas, enquanto licenciaturas e ciências humanas poderão ser realizadas fora das instituições de ensino (BRASIL, 2019).

Seguindo a lógica do capitalismo acadêmico à risca, o *Futura-se* cria ranking entre as universidades, visando aumentar a competitividade entre as mesmas. Propõe a criação de empresas e startups por parte dos colegiados visando assim aproximar o mercado as universidades, e tira do governo federal a responsabilidade do financiamento das instituições, uma vez que se criam medidas para captação de recursos privados como a permissão de doações de empresas, pessoas físicas e afins. O *Futura-se* segue a mesma lógica de sucateamento das universidades, uma vez que privatiza atividades meio, e elenca áreas prioritárias de investimento para o desenvolvimento de pesquisas, acabando com a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, promove a parceria entre iniciativa privada e as instituições e transformam as universidades paranaenses em grandes balcões de negócios (BRASIL, 2019)..

Apesar de ser um anteprojeto de lei, no caso a Lei Geral das Universidades, e o projeto *Futura-se* ser uma proposta de adesão voluntária, os mesmos devem ser considerados enquanto riscos reais as instituições (BRASIL, 2019). Isso porque com a capacidade de investimento do Estado cada vez mais reduzida, e o corte de gastos em educação, propostas como estas podem ser vistas como “desafogo” para o financiamento das instituições, e assim sua adoção ser feita num refúgio para buscar soluções. Com todo este arcabouço discutido se torna possível delimitar então qual o Lugar que é e será ocupado pelas ciências humanas em ambos projetos.

Nos projetos educacionais analisados, as ciências humanas, compreendidas aqui entendidas como as ciências que estudam as características do homem/mulher enquanto ser social, tais como Ordine (2016) assinala: Antropologia, História, Sociologia, Ciência Política, Linguística, Pedagogia, Geografia, Direito, Arqueologia, Filosofia, Teologia, Psicologia, entre outra, não aparecem em lugar de destaque ou muito menos de relevância para seu incentivo. Como outrora já elencado, as ciências exatas, naturais e das tecnologias e informação são as tidas como prioritárias em ambos os projetos, no caso da LGU paranaense sempre visando o desenvolvimento

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

regional e o Futura-se para aproximar as inovações tecnológicas ao mercado de capitais. Nesse ínterim, as ciências humanas são tidas como subproduto científico, ou até mesmo como não sendo ciência, já que a proposta do Futura-se é incentivar seu desenvolvimento por EAD (BRASIL, 2019).

Com base nisso, como visam propagar os ideais e aprofundar o capitalismo acadêmico dentro de suas realidades, as ciências humanas são tidas por ambos governos como o atraso ao progresso, e como um gasto sem retorno para a sociedade. É de se lamentar que a visão que os governos defendem e transformam em política pública é de as ciências humanas são subproduto científico, retomando os mais sóbrios tempos do positivismo racionalista.

É neste sentido que as ciências humanas, no contexto paranaense e em nível federal nas IES, tomam o Lugar de resistência. Seguindo o conceito de Lugar segundo o paradigma da Geografia Crítica. Essa reflexão, em torno do poder que está implícito no positivismo científico e na “apologia tecnológica”, merece um lugar privilegiado nas discussões das ciências humanas. Problematizar e colocar em perspectiva a importância da técnica na sociedade e dos pressupostos da ciência positivista torna a ser função insubstituível das ciências humanas na universidade nos tempos atuais.

Se a separação entre filosofia e técnica constitui parte de uma estratégia de dominação, a partir da divisão de classes, cabe então defender, na universidade, uma proposta unitária do conhecimento, que unifique o ensino, a pesquisa e a extensão nas mais variadas ciências. A ciências humanas colocar perspectiva o tecnicismo científico e atuar cada vez mais como resistência a imersão universitária no capitalismo acadêmico, é buscar estabelecer uma relação politécnica ao conhecimento, ou seja, que a formação e geração tecnológica seja direcionada à amplitude cada vez maior que o trabalho assume na sociedade, e que todas as áreas do conhecimento científico sejam promovidas de forma justa e igualitária.

Para a além da resistência na luta política, cabe as humanidades promover o profissional cidadão e, portanto, é necessário oportunizar na universidade o exercício da democracia em todas as suas instâncias. Isso passa, necessariamente, pela discussão do caráter público da

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

universidade e sua relação com os diversos movimentos e organizações sociais. A universidade como espaço de poder e sua influência na luta política é um eixo temático que pode conduzir à reflexão em torno do envolvimento social dos acadêmicos, bem como da relevância dessa área do conhecimento científico para a ciência.

Com o cenário que incentiva das áreas de ciências exatas, naturais e das ciências das tecnologias da informação, as ciências humanas deve assumir papel importante visando promover a ética da pesquisa científica, em áreas como a biotecnologia apoiada na engenharia genética, a robótica e a telemática, que precisam ser discutidas com a mais ampla publicidade crítica e a universidade. Entende-se que as ciências humanas devem participar centralmente na problematização dessas questões, numa tentativa de quebrar a linearidade do conhecimento científico, buscando diminuir o distanciamento da realidade e permitir intervenções cada vez mais críticas e qualificadas dos universitários nos debates cotidianos. Se faz dever também continuar, ainda mais fortemente, problematizando as questões políticas que tanto atacam as universidades públicas e a educação pública como um todo, em tempos de neoliberalismo sombrio.

Para finalizar, entende-se que nesses tempos de ataques em diferentes escalas, seja estadual, seja federal, as ciências humanas têm o desafio de refletir radicalmente o significado do conhecimento, da cultura humana e, em especial, da própria ciência. O aprender a pensar é tarefa de todos que constroem conhecimento e o domínio de um discurso crítico, além de ser uma exigência para a universidade, é uma característica de humanidade que deve fora desenvolvida ao longo da história através da linguagem científica.

Conclusões

Com o atual momento político que atravessa o Brasil, se faz necessário trazer a ribalta das discussões questões pertinentes da realidade que atingem o povo brasileiro e as instituições que os servem. Nesse sentido, a academia pública deste país deve ser sim defendida pela população, uma vez

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

que hoje a mesma atravessa ataques graves, por parte dos governos neoliberais, de maneira intra-escalar.

A instituições paranaense e as federais de ensino superior, se veem hoje achacadas por governos que visam sua entrega ao capital privado. Que visam sua aproximação promíscua com o mercado, para que sua produção científica seja orientada não a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, e com equidade, mas sim a acelerar a realização do capital.

Neste sentido, este trabalho se coloca como uma análise inicial de uma longa discussão que deve ser feita nas academias brasileiras, de que universidade está sendo oferecida aos brasileiros!? Qual é o compromisso da universidade com a sociedade!? E quais são as políticas dos governantes desenvolvidas para a promoção de uma academia plural, que abranja vários saberes.

Tendo isso em vista, as ciências humanas ocupam um Lugar de resistência onde torna-se seu papel a defesa de uma academia, plural, social, e que seja de todos os brasileiros. Os ataques, intra-escalares, que sofrem as universidades públicas e visam colocar em prática aqui no Brasil o capitalismo acadêmico, devem ter como resistência às ciências humanas visando combater os tempos sombrios que acometem o povo brasileiro e suas instituições.

Agradecimentos

Quero deixar aqui meus agradecimentos aos Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, que ao longo destes quatro anos de formação contribuiu enormemente para minha formação intelectual, mas sobretudo humana. Quero agradecer também ao Programa de Educação Tutorial de Geografia, PET-Geografia, o qual sou membro bolsista, e tenho o prazer de contar com sua estrutura para o meu desenvolvimento universitário.

Referências

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **O Caminho para Prosperidade – Proposta de Governo**. Brasília, 2018. Disponível em:

XVIII SEDU - SEMANA DA EDUCAÇÃO
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONTEXTOS EDUCACIONAIS: FORMAÇÃO, LINGUAGENS E DESAFIOS

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 01/10/2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Anteprojeto de Lei Futura-se**. Brasília, 2019.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1_o7RGm8l0TWChOy90LhFfnyTKNmtESv/view?fbclid=IwAR1Ohm_mnYwY5Kn0ZH1U1fplx_ivsJHJZPaL-pCNmjz43yAzhyLtALOFTv8.

Acesso em: 01/10/2019.

DE CARVALHO, Cristina Helena Almeida. Agenda neoliberal e a política pública para o ensino superior nos anos 90. **Revista Diálogo Educacional**, v. 7, n. 21, p. 83-101, 2007.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PARANÁ, Governo do Estado. **LEI GERAL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ - Proposta de um Anteprojeto de Lei**. Curitiba, 2019. Disponível em:

<https://www3.unicentro.br/wp-content/uploads/2019/06/Proposta-de-Lei-Geral.pdf>.

Acesso em: 01/10/2019

PLANO DE GOVERNO. **Carlos Massa Ratinho Júnior**. Curitiba, 2018. Disponível em: <https://ratinhojunior.com.br/plano-de-governo/>. Acesso em: 01/10/2019

SLAUGHTER, S.; LESLIE, L. **Academic capitalism: politics, policies and the entrepreneurial university**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

SLAUGHTER, S.; RHOADES, G. **Academic capitalism and the new economy: market, State and Higher Education**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 11, 2014.